



LUIZ SÉRGIO CHAME

Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2019,
por Hebert Wilson França, no Rio de Janeiro.

Luiz Sérgio Chame nasceu em 29 de setembro de 1947, natural do Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro, capital. É filho de Edmundo Jorge Chame e Carime Gavi Chame. Casou-se com Maria Lucia Alves de Almeida Chame e é pai de dois filhos: André Alves de Almeida Chame e Rodrigo Alves de Almeida Chame.

Cursou o ginásio, no Colégio Santo Inácio, no período de 1962 a 1965. Em 1970, concluiu o curso de Direito pela Pontifícia Universidade Católica.

Ingressou no Ministério Público Militar em 1973, após ser designado pelo então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, para exercer a função de substituto de procurador de segunda categoria da Justiça Militar junto à Procuradoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em Brasília.

Em seguida, foi convocado para funcionar em conjunto na Procuradoria junto à 1ª Auditoria da 1ª CJM, no Rio de Janeiro. Em 6 de junho de 1980, foi declarado substituto de procurador militar de segunda categoria pelo procurador-geral de Justiça Militar à época, Milton Menezes da Costa Filho, constituindo o quadro suplementar do MPM.

Nesse mesmo ano, em 15 de outubro, foi removido a pedido, da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM para a 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os integrantes do quadro suplementar que tinham adquirido estabilidade nas funções passaram a integrar o quadro da carreira do MPM, consoante art. 29, § 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

No período de 19 de novembro a 18 de dezembro de 1991, atuou perante a 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM.

Com o advento da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, houve nova alteração nas designações dos cargos, e Luiz Sérgio Chame foi enquadrado como promotor de Justiça Militar.

Em 7 de março de 1997, foi promovido, por antiguidade, ao cargo de procurador de Justiça Militar, aposentando-se no cargo em seguida, em 3 de junho desse mesmo ano.

Memória MPM – O senhor é do Rio de Janeiro?

Luiz Sérgio Chame – Eu sou natural do Rio de Janeiro. Nascido e criado no Rio de Janeiro e, num primeiro momento, quando entrei para a Procuradoria, entrei nomeado pra exercer a função em Brasília, mas, por uma coincidência enorme e inesperada, antes mesmo que eu assumisse o cargo em Brasília, eu estava no meu antigo escritório, e apareceu uma pessoa que eu não conhecia. Era um colega meu, que eu ainda não conhecia, me cumprimentando porque eu tinha sido nomeado pra a Auditoria de Brasília e perguntando se era do meu interesse, porque ele morava em Brasília, permutar comigo. Aí eu disse: sim, é de meu interesse! E então eu não cheguei a assumir a Auditoria em Brasília e iniciei já no Rio de Janeiro, sempre na Auditoria de Marinha, sempre.

Memória MPM – Então o senhor, na trajetória de MPM, esteve sempre lotado na Procuradoria de Justiça Militar do Rio de Janeiro?

Luiz Sérgio Chame – Sempre aqui no Rio de Janeiro, sempre na Marinha. Atuei perante as duas Auditorias de Marinha, ocasionalmente, cobrindo as férias de alguém, eu tenha atuado no Exército. Na Aeronáutica eu não lembro de ter atuado. Mas naquela ocasião eram totalmente seccionadas as Auditorias, bem diferente do que é hoje.

Memória MPM – Mas essa atuação só na Auditoria de Marinha tinha alguma justificativa?

Luiz Sérgio Chame – Foi uma coincidência. Não tinha nenhuma particularidade, eu não tinha nenhuma relação especial com alguma das três forças, mas eu, francamente, sempre gostei muito de atuar perante as Auditorias de Marinha, me agradou muito, sempre. Enfim, o ambiente era muito bom, o ambiente de trabalho era muito bom, então eu nunca fiz questão de mudar de lá. Por circunstâncias, quando eu estava prestes a me aposentar, faltando, talvez, três meses para me aposentar, surgiu a possibilidade de ser promovido a subprocurador, e aí eu fui promovido para um cargo que havia em Juiz de Fora, se a minha memória não me falha. Mas acontece que eu tinha um período de trânsito e por alguma circunstância me pediram pra ficar mais um pouquinho na Marinha. O fato é que, antes de eu chegar a ir para Juiz de Fora, completou o tempo de aposentadoria e eu acabei não indo para Juiz de Fora. Eu não me lembro exatamente por que, mas acho que me pediram pra ficar mais um pouco, que eu iria depois, e tinha um período de mudança, e eu não cheguei a assumir. Então a minha carreira foi bastante simples, porque o tempo todo atuei perante as Auditorias de Marinha.

Memória MPM – Voltando um pouco mais, o senhor estudou no Colégio Santo Inácio?

Luiz Sérgio Chame – Eu estudei no Santo Inácio, que era o colégio de referência, naquela época. Eu não sei se ainda hoje é uma referência, mas ainda é um bom colégio, mas na época era um colégio de referência.

Memória MPM – E sempre o objetivo era o Direito?

Luiz Sérgio Chame – Eu estudei no Santo Inácio e depois fiz a faculdade Católica de Direito. Passou pela minha cabeça em determinado momento que eu deveria tentar, tinha certo encantamento com a profissão de diplomata, que era uma coisa muito requintada na época. Aí passou pela minha cabeça e cheguei a fazer um cursinho, mas depois desisti e fiquei no Direito; e não me arrependo.

Memória MPM – Teve alguma influência familiar?

Luiz Sérgio Chame – Não. Se a gente pode falar de certas coisas que não dizem respeito especificamente à profissão, foi uma grande coincidência, na verdade, que me levou a ficar em definitivo com o Direito, porque eu, na ocasião, para aumentar minha mesada, ainda muito moço, dava aulas particulares. Era na altura dos 19, 20 anos, dando aula particular para a garotada de 11, 12 anos, então eu dava aulas particulares de inglês e de português, que eu conhecia bem. E numa dessas aulas particulares, um dos alunos era o filho do... não diria do fundador, porque esse escritório já veio do avô dele, mas do titular desse escritório na época: 1967, 1968, mais ou menos. Por isso digo que estou perto dos 100 anos [risos]. Então eu dei aula para esse rapaz e ele estava muito ruim nas notas e com perspectiva de não passar de ano e, enfim, não sei se exatamente por causa das aulas, mas o fato é que ele se esforçou e acabou sendo aprovado. E aí o pai dele que já faleceu, era na época o titular desse escritório, me convidou para jantar na casa dele para agradecer o fato de que o filho tinha sido aprovado. Ele não tinha perdido o ano e tal, por causa das aulas que eu tinha dado para ele. E durante o jantar ele me disse: você não tá estudando Direito? Eu disse: estou, mas estou ainda pouco inclinado se vou para a Diplomacia ou se não vou. O pai dele disse: enquanto você não decide,

vai trabalhar comigo lá no meu escritório. Essa que é a coincidência. Destino mesmo. E então eu fui trabalhar com ele. Na ocasião o escritório tinha 35 a 40 m² no máximo, enfim, era uma sala pequena lá na Travessa do Paço. E aí eu gostei tanto que desisti da ideia da Diplomacia, e depois, muito no começo da carreira, porque eu tinha 23 anos de idade, me surgiu a oportunidade de entrar para a Justiça Militar.

Memória MPM – Só uma dúvida: durante o curso o senhor permanecia nesse escritório?

Luiz Sérgio Chame – Durante toda a vida, desde 1967. Porque eu estagiei aqui. Naquele período, estava estagiando ainda. Depois me formei e continuei. O titular, então, faleceu. Eu fiquei aqui com mais um outro sócio, que ainda é o mesmo. Essa sociedade aqui tem 50 e tantos anos de absoluta calma, o que não é muito fácil nos dias de hoje. Então eu fiquei sócio da outra pessoa que tinha entrado pouco antes de mim, que é o Eduardo Kalache, que ainda é, até hoje, sócio. E o filho do advogado, que me chamou para o escritório, veio a se formar em Direito, e por uma questão moral a gente convidou ele para trabalhar conosco. Então hoje ele é o terceiro sócio aqui. Então são três sócios principais, o Eduardo, o próprio Manoel Costa Braga, que é o filho da pessoa que me abriu a advocacia, e eu. E são as mesmas três pessoas desde que nos formamos. Ou seja, está todo mundo aí desde que a gente se formou. Nunca houve nenhuma cisão, isso hoje em dia é bem difícil. E então a gente conviveu esse período todo em harmonia, felizmente, e hoje cada um tem um filho trabalhando aqui e é uma história de camaradagem, isso que é o mais importante para mim. Às vezes aconteciam algumas desavenças, mas nada que pudesse levar a um rompimento.

Memória MPM – E a Justiça Militar, quando ela passou a fazer parte do seu dia a dia?

Luiz Sérgio Chame – Com 23 anos me apareceu a oportunidade de entrar na Justiça Militar e eu fiquei um pouquinho preocupado porque, sinceramente, não sabia se eu tinha condições de exercer corretamente a função. Mas eu logo verifiquei que os códigos penais militares, processo penal, são relativamente pequenos, não são muito extensos, eu pude me familiarizar rápido com a legislação e tive, ao entrar na profissão, uma pessoa inesquecível, como mestre. Eu não sei, provavelmente ele não está vivo hoje, que ele já tinha muita idade, e eu nunca mais tive contato com ele, que foi o doutor Walter Wigderowitz, que era um procurador de uma sensatez extraordinária, um equilíbrio extraordinário e que certamente, no início de minha função, me ajudou bastante, porque além de ser um sábio por natureza, era alguém muito colaborador, muito próximo das pessoas com quem ele trabalhava. Ele me ensinou logo de saída uma coisa que nunca mais esqueci. Ele disse: Chame, a pior justiça é a justiça lenta. Certo ou errado, nós temos que fazer a justiça ser rápida. Então o nosso trabalho aqui é fazer. Errar todo mundo erra, acontece de errar sem intenção. Agora, se nós tivermos uma justiça lenta nós prejudicaremos as pessoas, que são levadas a serem julgadas, ou apreciadas pela nossa Justiça. Então nós temos que ter uma justiça rápida. Isso é muito importante. E isso me pautou porque ele sempre dizia “nada de ficar um mês, dois meses para tal pronunciamento, isso não nos serve”. Faz um pronunciamento. Releia o pronunciamento, veja se está ok. Tá ok? Entrega, porque nós não vamos retardar o andamento da justiça.

Memória MPM – E como foi essa chegada na Justiça Militar? Como era a estrutura, o Ministério Público, o vínculo com a Auditoria?

Luiz Sérgio Chame – A estrutura era bastante simples, comparando com a que existe hoje. Como não tínhamos uma boa estrutura para atuar, a gente se socorria totalmente às Forças... cada uma delas podia oferecer algo. Então atuávamos dentro do Arsenal de Marinha; e, no Exército, dentro de uma comunidade do Exército, que eu não me recordo bem; e, na Aeronáutica, dentro do Ministério da Aeronáutica.

Nossa estrutura era muito singela, porque a gente tinha que se socorrer para tudo e quase tudo do que as próprias Forças Armadas nos disponibilizavam na época. Isso gerava uma certa facilidade na medida que você, atuando o tempo todo, numa mesma força e, muito próximo do dia a dia deles, você compreendia melhor os casos que vinham para a sua mão. Você podia avaliar com bastante eficiência as coisas que chegavam, porque você vivia um pouquinho daquele dia a dia, pois você estava todo dia no arsenal, todo dia no Ministério da Aeronáutica e todo dia no Ministério do Exército.

Memória MPM – Nessa Auditoria de Marinha eram quantos membros?

Luiz Sérgio Chame – Nós tínhamos dois ou três procuradores (durante muito tempo tivemos três). Eram duas Auditorias de Marinha... o primeiro andar era a primeira, a segunda era no segundo. Mesmo prédio, mesmo lugar. E a gente tinha um procurador titular e dois substitutos; e um juiz titular e dois substitutos em cada Auditoria.

Memória MPM – Dispunha de alguma equipe de apoio? Servidores?

Luiz Sérgio Chame – Que eu me lembre a gente não tinha nem secretária. Mais à frente, passamos a ter uma pessoa para nos ajudar a datilografar. Não tinha computador. Mas no começo éramos nós mesmos quem fazíamos os despachos. Sentávamos na máquina e datilográfávamos os despachos e tínhamos que fazer isso sempre rápido. Pelo menos onde eu estava a ordem era esta: Justiça lenta é Justiça prejudicial para todo mundo, então temos que fazer ela funcionar rápido.

Memória MPM – Lembra-se quanto tempo trabalhou com Doutor Walter Wigderowitz?

Luiz Sérgio Chame – Muito tempo. Eu tive 27 anos de carreira lá, porque eu nunca me beneficiei de nenhuma licença prêmio, então eu concluí o tempo com 27 anos. Eu diria que trabalhamos juntos por 20 anos. Acho que foi isso mesmo, porque ele também ficou lá o tempo todo, na mesma Auditoria que eu.

Memória MPM – E como a relação com Brasília, com a Procuradoria-Geral de Justiça Militar?

Luiz Sérgio Chame – Era muito distante. Não dispúnhamos de um canal tão aberto como é hoje.

Não tinha computador, celular, essas coisas todas. Não tinha a facilidade de estar indo para lá toda hora, voltar para cá toda hora. Eu me lembro que durante uma boa parte do meu exercício, o procurador-geral era o Milton Menezes da Costa Filho, que era uma pessoa extremamente bem preparada para a função que exercia. Ele vinha ao Rio constantemente, a gente não ia lá quase nunca. Ele vinha ao Rio constantemente e visitava as Auditorias, mas as dificuldades eram bem maiores do que as de hoje. Na verdade, a gente se comunicava muito com um escritório que havia aqui no Rio. Era uma coisa muito seccionada, mas a ligação com Brasília era realmente pequena.

Memória MPM – Tinha então uma Procuradoria?

Luiz Sérgio Chame – Tinha um escritório aqui no Rio com alguns funcionários e a gente resolvia os nossos problemas todos através dessa Procuradoria aqui no Rio de Janeiro. As questões administrativas eram tratadas com esse escritório, coisa pequena. Às vezes a gente passava a carreira inteira sem conhecer os procuradores que atuavam em Brasília, porque não tinha a mesma facilidade de estar indo para lá, voltando para cá, tudo era mais difícil. Então quando havia um evento qualquer é que a gente acabava conhecendo as pessoas, porque às vezes passávamos muito tempo sem contato.

Memória MPM – Sofreu algum tipo de interferência de Brasília em sua atuação?

Luiz Sérgio Chame – Nenhuma... Não tinha a menor hipótese disso, nenhuma! Até porque eu não conhecia ninguém. Eu, por uma questão de temperamento,

isso talvez seja um defeito meu ou uma virtude, mas o fato é que durante o meu exercício na Procuradoria fiz algumas amizades com os procuradores que trabalhavam comigo, e com mais ninguém. Eu trabalhei na Auditoria de Marinha durante quase toda a carreira, eu nunca soube o nome de nenhum oficial de Marinha. Meu estilo é um pouquinho retraído, até hoje ainda é, então, me convidavam para cerimônias e nunca fui. Não por desatenção, é porque, enfim, não tinha motivo para ir. Isso não é nenhuma virtude, talvez seja até um defeito, pois pode ser interpretado como pouca gentileza ou como uma falta de educação. Mas era uma característica minha, então durante esse período todo eu não sei o nome de, talvez... acho que nenhum oficial de Marinha, embora eu tenha convivido com alguns que se repetiam nos conselhos, às vezes, os quais eu cumprimentava, sempre, com muita cortesia, mas eu não passava disso, pelo meu jeito pessoal. Simplesmente por isso. Nunca ninguém estimulou isso, nem para um lado nem para outro, mas o meu jeito era esse. Então minha convivência era com os dois procuradores. Eram os dois Walter. Walter Moutinho Montenegro e Walter Wigderowitz. Trabalharam comigo lá na Procuradoria durante um bom tempo. Então era o meu meio ali e não muito mais do que isso.

Memória MPM – O senhor lembra de alguma atuação que tenha marcado? Algum caso pitoresco?

Luiz Sérgio Chame – Me lembro de um que até virou filme, o Bom Burguês, que faz parte de uma época de tempos muito turbulentos. Um grande assalto ao Banco do Brasil. Não lembro que cifra era, porque não dá pra lembrar com as mudanças de moeda, mas era uma soma razoável. Em uma ocasião,

o condenado solicitou que alguém fosse vê-lo... Estava preso, mas não era em num presídio, acho que era uma unidade militar, se não me engano, e ele solicitou que nós fossemos visitá-lo porque ele achava que tinha direito a uma progressão de pena, etc. O curioso é que estive com ele, sujeito até muito calmo, muito tranquilo, eu disse: porque você acha que tem direito à progressão? Ele disse: Porque tenho as minhas razões. eu disse: olha, uma das condições de atenuação de pena é reparar o prejuízo, mas no seu caso não há um centavo reparado. Ele, como estava, ficou, e ficou quieto. Quer dizer, na minha cabeça eu entendi que ele preferia não reparar o prejuízo e cumprir o restante da pena. Então aquilo foi muito interessante porque ele não respondeu nada. Depois disso virou filme, pois havia certo glamour nessa história, que eles tentaram misturar com ideologia política. A gente não sabe até hoje se era ideologia política ou se eram meros assaltantes, não temos certezas.

Memória MPM – Algum outro fato marcante?

Luiz Sérgio Chame – E outro fato interessante foi que uma vez chegou em minhas mãos uma carta de um indivíduo que estava preso, que fazia parte, também, de uma situação desse tipo, porque as pessoas que assaltavam bancos eram muito violentas. Se elas faziam aquilo em nome de ideologia ou não, eu não sei, mas elas eram muito violentas, na época. Enfim, chegou uma carta de uma dessas pessoas reclamando que não deixavam ele ouvir Chopin e Bach no presídio, e que ele não via nenhum inconveniente nisso. Esse é um fato jocoso, que eu tô contando, porque é interessante. Aí eu falei: bom, é natural, vou pedir informações ao diretor do presídio por que o moço não pode ouvir Chopin e Bach lá? Não vejo por que não! Eu nunca me esqueci da resposta

do diretor do presídio, pois foi formidável. Ele disse: doutor promotor, o seu atento ouvinte de Chopin e Bach assassinou com garfo e faca de cozinha um colega, semana passada, aqui no presídio. [risos] Aí eu falei: pô, já sei porque que ele tá assim. Mas enfim, quer dizer, o indivíduo, de ouvinte de Chopin tinha muito pouca coisa. O diretor me ironizou até um pouquinho, porque ele falou: seu atento ouvinte de Chopin e Bach. Falei: tá bem então, tá explicado, mas foi um outro fato curioso que eu não me esqueci. Teve alguns casos assim, que de engraçado não tem nada, mas que são curiosos. Tive problemas, porque morava em Copacabana, e num determinado dia me ligaram dizendo: eu estou aqui em baixo, se o senhor descer, o senhor vai ver o que vai acontecer. Era claramente uma ameaça. Mas eu era muito jovem e francamente eu não me impressionava muito com essas coisas. Aí eu falei para minha esposa: “olha, para ficar aqui e não descer não faz o menor sentido”. Quer dizer, eu não vou descer mais? Que negócio é esse? Aí eu peguei o elevador e desci, fiquei andando pela rua e nada aconteceu, felizmente. Talvez hoje eu não fizesse isso, mas, quando você é jovem, você têm os ímpetos um pouquinho diferentes, né? E eu acabei descendo e nada aconteceu, mas eu recebi uns telefonemas brabos: sabemos onde o senhor mora e quando o senhor descer o senhor vai ver não sei o quê e tal. Falei: vou descer para ver o que acontece lá embaixo, porque não vou ficar sem descer mais, então tem que descer, e nada aconteceu. Era um blefe, felizmente, mas talvez eu não devesse ter feito isso. E hoje talvez eu não o fizesse, porque com a idade ficamos um pouco mais prudentes. Quando a gente é jovem, a gente é um pouquinho ousado demais. Lembro bem desses dois casos, mas foi um período muito bom, o melhor período em que eu trabalhei lá. Os advogados que militavam na Justiça Militar faziam questão que os assuntos fossem decididos na Justiça Militar. Eles nunca quiseram tirar o processo da Justiça Militar para excepcionar outro juízo, porque eles

confiavam muito na Justiça Militar. Os criminalistas todos com quem eu convivi confiavam na Justiça Militar. Nesse período, havia o problema da Segurança Nacional, gravíssimo. Quer dizer, processos de muita relevância, como processos de Segurança Nacional, naquela época histórica, por questões políticas. Mas os advogados que atuavam lá, nesse período, tenho certeza que só atuavam lá. Não digo que hoje seja a mesma coisa, não sei, porque estou afastado há 20 anos de lá, não sei como está, mas havia criminalistas de muito peso atuando lá o tempo todo e eles não excepcionavam o juízo, eles queriam que o processo fosse decidido lá por crer que a Justiça Militar era rápida e eficiente. Eles preferiam expor a situação lá e resolver lá mesmo. Eles simplesmente batalhavam lá, e os julgamentos eram feitos lá; e eram talvez os melhores criminalistas da época.

Memória MPM – Localizamos muitas matérias sobre o senhor no jornal Tribuna de Imprensa. Algum motivo?

Luiz Sérgio Chame – Era por uma razão muito simples. Isso era uma mera gentileza porque o Siqueira Jr., colunista do jornal, foi juiz auditor substituto da minha Auditoria. Trabalhou junto comigo. Ele era uma pessoa muito gentil, muito afável, e ele tinha uma coluna na Tribuna da Imprensa. Ele, por uma característica pessoal, gostava de homenagear as pessoas nos aniversários, nos aniversários de casamento, aniversário da esposa, coisa que o valha. Aí ele colocava notinhas o tempo todo na coluna dele, certamente escrevia muito a meu respeito, porque eu trabalhava na mesma Auditoria que ele. Eu até brincava com ele dizendo: “Siqueira, você às vezes lembra o meu aniversário de casamento, acho melhor você agora sempre lembrar, pois senão, acabo esquecendo e vou

levar uma bronca quando chegar em casa” [risos]. Pois eu, chegava na Auditoria e ele dizia: “Parabéns!” Eu dizia: “Por que Siqueira?” Ele respondia: “Seu aniversário de casamento é hoje.” Eu dizia: “Caramba, se você não fala... [risos]. Ainda bem que você falou, já levo umas flores na volta porque senão...” [risos]

Memória MPM – O senhor sempre exerceu a advocacia em paralelo à Justiça Militar?

Luiz Sérgio Chame – É, eu tive esse privilégio de poder exercer a advocacia. Eu nunca exerci a advocacia contra a União, isso não. Nem tenho muita certeza se era permitido ou não que fizesse isso. Acho até que era, mas por uma questão de critério nunca exerci a advocacia contra a União, mas advocacia cível e geral exerci sempre, esse tempo todo. Até porque se é uma coisa que a gente pode ou deve reconhecer é que o volume de processos na Justiça Militar é bem menor que na Justiça comum ou na Justiça Federal.

Memória MPM – Ainda bem que é assim.

Luiz Sérgio Chame – Ainda bem! Nós tínhamos uma certa facilidade, porque não era uma coisa exaustiva em termos de tempo devido ao número de processos que corriam por lá. Se bem que, repito: a gente pegou uma fase muito turbulenta, porque era difícil distinguir quando você estava lidando com uma ideologia política ou com um marginal. Era muito difícil distinguir isso. Todos se intitulavam defensores de uma ideologia política. Todos se intitulavam assim, mas certamente alguns deles não se comportavam dessa

forma, se comportavam como marginais e aproveitaram a situação para cometer crimes. Isso fez com que a gente tivesse processos bastante delicados e bastante nervosos, naquela época, porque às vezes envolvia, de fato, ideologia política e às vezes envolvia marginais que se escondiam atrás do nome de ideologia política. Como eu digo, essas pessoas que cometiam assaltos a banco dificilmente ficavam só na ideologia política, pois era uma coisa muito violenta, no geral. Talvez tenha sido a época mais difícil da Justiça Militar, nos últimos anos, que a gente passou lá. Eu me lembro que em diversos julgamentos os acusados ficavam o todo o tempo me encarando. O Conselho estava de frente a eles e eu sentava do lado. Eles me encaravam para tentar me intimidar. Em vez de olharem para o Conselho, que seria uma coisa natural, ficavam me encarando para intimidar, evidentemente. Enfim, do andamento, em geral, da Justiça Militar esse foi um período muito difícil.

Memória MPM – O senhor presenciou esse momento de transição, tanto do fim do período militar quanto também da Constituição Federal, de 88, da aprovação da Lei Complementar nº 75/93. Como tudo isso impactou a instituição? Como foi esse momento?

Luiz Sérgio Chame – Bom, o problema é que eu me aposentei no ano de 97. Só consigo me lembrar do lado prático da coisa. O lado prático é que nós fomos parando de ter aqueles processos muito delicados, muito difíceis. Foram parando de acontecer, pois eram julgados e terminavam. As coisas pararam de acontecer nesse período da mudança. Não me lembro, assim, de uma mudança enorme ou de uma coisa que pudesse sentir. Não me lembro, a não ser pela redução dos casos de processos contra a Lei de Segurança Nacional. Fora

isso eu não me recordo de nada que tivesse mudado assim. Durante todo o tempo em que atuei nesse período da turbulência política foi na Marinha. Mas eu não me lembro, francamente se houve uma mudança grave que tenha sentido. Simplesmente os casos foram mudando, só isso. Passamos a ter mais casos tipicamente militares e menos casos de Segurança Nacional, que foram acabando. Para mim, a mudança foi essa.

Memória MPM – E após aposentar-se no MPM, continuou atuando na advocacia?

Luiz Sérgio Chame – Depois que eu me aposentei, infelizmente ou felizmente, passei a trabalhar mais [risos]. Passei a trabalhar bem mais que eu trabalhava antes. Porque estava aposentado e aí então só tinha essa atividade. E tinha um filho que estava caminhando na advocacia, então eu resolvi mergulhar de cabeça na advocacia até para abrir espaço para ele, que está comigo hoje aqui, inclusive. Tinha mais tempo e tinha que recomeçar para estimular e para, enfim, poder caminhar na advocacia, de que eu também sempre gostei demais. Nem por um minuto me imagino diplomata, como pensei em ser um dia na vida. Nem por um minuto. Nem sei por que isso passou pela minha cabeça, mas eu recomendo a todo mundo que adote essa profissão. Adoro minha profissão! Tenho um filho que já está comigo aqui, o outro não quer ser advogado; e também estou fazendo força para o meu neto ser advogado, mas ele não está querendo, então não sei como é que vai ser. Mas enfim, eu sempre gostei dessa profissão, sempre fui um apaixonado pela profissão, sempre gostei.

Memória MPM – Não pensa em aposentadoria da advocacia?

Luiz Sérgio Chame – Não. Eu posso fazer uma brincadeira?

Memória MPM – Claro!

Luiz Sérgio Chame – Eu me lembro que, quando eu tinha 20 anos de idade, eu dizia para as pessoas: olha, vou fazer uma proposta para o INSS, vou propor ao INSS que eu me aposente dos 25 aos 50, depois eu trabalho o resto da vida. Mas infelizmente o INSS não aceitou essa proposta. Então agora eu não penso em jamais me aposentar, de jeito nenhum, pelo contrário, só saio daqui o dia que eu cair aqui dentro, aí eu saio! Antes de cair aqui dentro, eu não saio. Eu vou ficar aqui direto, eu acho que chega uma fase da vida em que o trabalho se torna uma coisa indispensável para você, mais do que o descanso. Eu não sei como que as pessoas convivem com aposentadoria. Eu não conviveria bem com isso não. Então eu vou ficar aqui até o dia em que eu tomar um tombo aqui dentro e não conseguir me levantar. Aí não tem jeito...

Memória MPM – Há alguma coisa em relação ao Ministério Público Militar que o senhor queira destacar?

Luiz Sérgio Chame – Eu tenho um carinho imenso pela instituição. Não tô falando da boca pra fora. Tenho um carinho imenso pela instituição. Às vezes me recrimino de não estar numa ou outra ocasião em que tem alguma comemoração, mas eu vou cuidar para que isso não aconteça mais daqui pra

frente. Eu só me relacionei com gente de primeiro naipe lá o tempo todo. Eu não tenho nenhum ressentimento contra ninguém da Procuradoria. Nenhum, nenhum, nunca tive. E tenho certeza, porque eu sempre fui muito bem-aceito por todo mundo. Não sei se querido, porque não tô na cabeça dos outros, mas creio que sempre fui muito bem-aceito. Então quando alguém me telefona de lá eu fico felicíssimo, porque foi um período muito bom da minha vida. Muito bom mesmo. Se eu não tivesse a necessidade de caminhar na advocacia para encaminhar meus filhos, eu teria ficado lá, mas como tinha essa outra porta e já tinha o tempo cumprido, de aposentadoria, optei por parar para poder investir aqui, na profissão, e deixar o caminho aberto para os meus filhos. Mas eu tenho o maior carinho pela instituição, tenho o maior orgulho de ter feito parte. Eu sei, hoje em dia, o que é a Justiça comum e geral, e comparo ela com a Justiça Militar na qual eu funcionei vários anos e não dá pra comparar. Tenho um carinho imenso, tenho um orgulho imenso. Eu só fiz amigos, não me lembro de ninguém com quem tinha tido o mais leve estresse, ninguém. E acho que as pessoas pensam assim de mim mesmo porque ninguém nunca teve nenhum estresse comigo também. Eu não conheço como está o órgão hoje em dia porque não tô lá há muito tempo, mas todas as vezes que vou gosto demais. É uma enorme honra quando lembram de mim. Porque lembro de uma época muito boa, muito boa mesmo! Serviu pra me afirmar como profissional, serviu pra me afirmar como advogado também, atuando na parte criminal. E o ambiente que eu encontrei lá dentro, durante os anos em que estive lá, foi irretocável, e nisso eu exalto muito porque só conheço esse lado, os militares da Marinha com quem convivi foram sempre de uma elegância extraordinária, de uma tranquilidade, de um equilíbrio fora do comum. Tanto que aqui, em frente do meu escritório, temos a Escola Naval, e volta e meia, quando eles têm uma festividade, me dá um certo saudosismo..., e

aí eu fico pensando: ninguém me conhece mais aqui, não é possível, então tenho lembranças muito boas. Gostaria muito de continuar sendo lembrado, gostaria muito de continuar convivendo com os amigos que eu deixei lá e com as novas pessoas que estão chegando, que ainda não conheço, e gostaria de conhecer melhor. No aniversário de 40 anos da Associação Nacional do Ministério Público Militar, em 2018, eu não pude ir. Perdi a oportunidade de ser apresentado a uma boa parte dos novos procuradores que estavam lá. Queria ter sido apresentado a esses colegas, para enfim, trocar uma ideia com eles, de como está situação hoje etc. É uma lembrança muito positiva na minha vida. Sinceramente, pode estar certo disso.

Memória MPM – Muito obrigado, doutor Luiz Sérgio Chame, agradeço pela entrevista concedida.